

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2019
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2019

Objeto: Chamamento Público para credenciamento de empresas privadas e/ou Instituições de Longa Permanência sem fins lucrativos para prestação de serviço de Acolhimento de Idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade.

O MUNICÍPIO DE SEBERI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ N.º 87.613.196/0001-78, com sede na Av. General Flores da Cunha 831, cidade de Seberi - RS, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Cleiton Bonadiman, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, n.º 351, Centro, Seberi/RS, portador do RG 7076388516, CPF 815.438.670-49, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, especialmente a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna público que se encontra aberto Processo Administrativo para Credenciamento de Instituições de empresas privadas e/ou Instituições de Longa Permanência sem fins lucrativos para prestação de serviço de Acolhimento de Idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade, condições expressas neste edital e seus anexos.

O credenciamento é regido pela Lei federal 8666/93, alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis.

Os credenciamentos deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte.

O credenciamento ficará aberto pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de publicação do presente Edital, ou seja, se iniciará em 14 de maio de 2019 e ficará aberto até a data de 10 de setembro de 2019, podendo ser prorrogado caso haja interesse do município.

Os interessados deverão protocolizar junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Seberi/RS, situado na Av. General Flores da Cunha 831, município de Seberi/RS, o Requerimento (anexo I) a Proposta (modelo anexo II do edital) e toda a documentação necessária para o Credenciamento, que após serem analisados pela comissão, será submetido a homologação e contratação.

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de empresas privadas e/ou Instituições de Longa Permanência sem fins lucrativos para prestação de serviço de Acolhimento de Idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade, conforme demanda do Município e demais disposições constantes da Lei Municipal n.º 4.515/2019 de 07 de Maio de 2019, compreendendo:

- Credenciamento de empresas ou Instituições de Longa Permanência sem fins lucrativos para prestação de serviço de Acolhimento de Idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade, em consonância com a Lei Federal n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e padrões mínimos de funcionamento definidos no Regulamento Técnico da RDC/ANVISA n.º 283 de 26 de setembro de 2005 e Resolução 109/2009 – CNAS (Tipificação dos Serviços Sócios Assistenciais).

1.2 JUSTIFICATIVA

O aumento do número de idosos dependentes e com necessidades diversificadas e as dificuldades familiares para ofertar esse cuidado, leva invariavelmente à

institucionalização e o atendimento nas instituições de longa permanência para idosos. Estas instituições caracterizam-se pela especialização no atendimento das complexidades e diversidades que cada pessoa idosa pode apresentar. Essa multiplicidade de atendimentos compreende a oferta de abrigo, alimentação, recreação e encaminhamento para cuidados médico-hospitalares, quando necessários.

A responsabilidade da equipe profissional destas instituições devem proporcionar ações que podem ser desde uma dieta adequada, os cuidados diários e de programas que promovam e mantenham a funcionalidade, a autonomia, a socialização, a manutenção das relações familiares da pessoa idosa, além da criação de um ambiente adequado e seguro para os idosos.

O presente instrumento tem por objeto a pactuação entre Prefeitura Municipal de Seberi e empresas/entidades especializadas no acolhimento em Instituições de Longa Permanência para Idosos, interessadas em executar este serviço de proteção integral.

O Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 diz que o Estado assumirá a responsabilidade quando não houver condições de manter o idoso no convívio com a família.

A empresa/entidade a ser credenciada deve garantir o preconizado nas legislações que tratam sobre o tema de cuidado e proteção integral ao idoso, compreendidas como: o Estatuto do Idoso, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS 2012), a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH 2006) e a Tipificação Nacional dos Serviços Sócio Assistenciais (2009).

Conforme o Estatuto do Idoso Art. 49, a organização do serviço deverá garantir os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V – observância dos direitos e garantia dos idosos;
- VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade

Além destes princípios, a atuação da entidade deverá ocorrer conforme previsto no Suas/Sistema Único de Assistência Social, onde é apontado que a assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

1.3 PÚBLICO ALVO

Idosos de ambos os sexos afastados do convívio familiar, em função de abandono, ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

2. DAS QUANTIDADES E VALORES DAS METAS

2.1 Fica estabelecido o quantitativo máximo de 10 (dez) vagas, independentemente do sexo ou grau de dependência do Idoso;

2.2 Fica estabelecido o valor unitário de referência por meta/vaga deste Edital conforme quadro abaixo:

Sexo	Metas/Vagas	Valor de Referência
Masculino/Feminino	10	R\$ 2.000,00

2.3 – O valor de participação do idoso no custeio da entidade, conforme determina o art. 35, § 2º da Lei No 10.741, de 1º de outubro de 2003, será descontado no pagamento por parte do município, ou seja, o município apenas complementarará o valor repassado pelo idoso, até o limite máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, somando o valor repassado pelo idoso e o valor repassado pelo município.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente credenciamento empresas privadas e/ou Instituições sem fins lucrativos de Seberi, e as instituições localizadas em até 130 km do perímetro urbano do município de Seberi, tendo em vista que não se pode distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem dos Idosos, cuja região seja atendida pelo transporte público e com ramo de atividade permanente ao objeto da contratação, que atendam as exigências deste edital e seus anexos.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de ata arquivada da Assembleia da última eleição de seus administradores, aptos a comprovar a compatibilidade de seu objeto social, onde conste que a entidade é filantrópica e sem fins lucrativos;

4.1.3 Cópia do RG, CPF e comprovante de residência do Representante da Entidade, bem como comprovação de que a pessoa que assinará o contrato detém competência para este fim específico, através de ATA de Constituição da Diretoria.

4.2. REGULARIDADE FISCAL

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

4.2.2. Certidão Negativa de Débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

4.2.3. Certidão negativa de débitos trabalhistas;

4.2.4. Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.2.5. Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;

4.2.6. Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado.

4.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1 Apresentar comprovação de cadastro e/ou atestado de funcionamento expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso no Município origem da Prestadora do serviço, caso exista no município sede da instituição/empresa;

4.3.1.3 Alvará de funcionamento;

4.3.1.4 Alvará Sanitário e do Corpo de Bombeiros, todos em plena vigência.

5 DA PROPOSTA

5.1 O interessado no Credenciamento deverá apresentar, juntamente com a documentação a que se refere o item 4:

5.1.1 Proposta de acordo com anexo II, elaborada em papel timbrado do proponente assinada por seu representante legal ou por procurador, juntando-se a procuração, quantificando sua capacidade de acolhimentos e as vagas a serem disponibilizadas para o contrato, possibilitando que o Município saiba a demanda a ser atribuída à contratada;

5.1.2 O valor mensal, estabelecido neste Edital de Chamamento Público, permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do Edital de Credenciamento;

5.1.3 A respectiva proposta da interessada, não assegura direito à contratação, bem como a realização da contratação não assegura qualquer direito à realização dos serviços, considerando que os acolhimentos serão efetivados junto à credenciada atendendo à demanda existente e a situações de acolhimentos que ocorrerem durante a vigência do edital, verificada a disponibilidade orçamentária e financeira da Contratante e seguindo os critérios para ocupação das vagas de acolhimento definidos neste edital.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

6.1 A documentação exigida nos subitens 4.2.1 a 4.2.6 poderão ser emitidas pelo próprio órgão responsável ou via internet;

6.2 As certidões apresentadas pelas proponentes, obtidas via internet terão sua autenticidade confirmada junto aos órgãos competentes pela Comissão Permanente de Credenciamento;

6.3 Certidões que não apresentarem prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data para apresentação do envelope de habilitação

6.4 Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em original ou cópia devidamente autenticada por tabelião ou por Membro da Comissão Julgadora de Licitações mediante apresentação dos originais;

6.5 Quando o requerimento de credenciamento for realizado por procurador, deverá ser apresentada Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, da qual constem amplos poderes para praticar atos ou procuração específica para o Processo de Credenciamento;

6.6 À Comissão Permanente de Credenciamento é facultado solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos acerca dos documentos apresentados, bem como promover diligências ou solicitar pareceres técnicos destinados a esclarecer a instrução e julgamento do requerimento.

7. DO JULGAMENTO

O pedido com a documentação da Instituição interessada será submetido à apreciação da Comissão Julgadora de Licitações, que promoverá a análise obedecendo o seguinte:

7.1 Na hipótese de ser constatada a falta de documentação necessária para o Credenciamento, ou existir documentação com prazo de validade vencido, a Comissão Julgadora de Licitações solicitará o envio deste, devendo a empresa interessada atender ao solicitado em até 05 (cinco) dias úteis, sendo que expirado este prazo a solicitação de Credenciamento será indeferida;

7.2 A Comissão decidirá sobre o pedido no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de protocolo, que em igual número de dias promoverá a intimação da interessada;

7.3 A interessada poderá apresentar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação;

7.4 O recurso deverá ser dirigido à Comissão Julgadora de Licitações que o fará subir através da Assessoria Jurídica do Município ao Prefeito Municipal, que proferirá julgamento no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do encaminhamento;

7.5 Inexistindo recurso ou após devidamente julgados, a documentação será encaminhada ao Prefeito Municipal para homologação.

8. DOS PRAZOS, DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO

8.1 O credenciamento terá prazo de vigência de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do edital, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse do município;

8.1.2 Após a homologação, as Credenciadas serão convocadas para firmar Contrato de Prestação de Serviços;

8.1.3 O contrato estimará quantitativo de vagas que poderá ser empenhado à Contratada em acordo com o que a Instituição se propôs a atender e com a demanda da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social;

8.1.4 A Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, através de equipe técnica, realizará acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de avaliações periódicas, visitas, comunicações escritas, sendo as intercorrências registradas em relatórios anexados à documentação do credenciado;

8.1.5 Caberá à equipe técnica da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, desenvolver instrumento de avaliação qualitativa e quantitativa dos serviços credenciados e da satisfação dos usuários;

8.1.6 O Município de Seberi/RS reserva-se no direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já executados e devidamente atestados pelo departamento competente.

8.1.7 O Município de Seberi/RS, através de equipe técnica da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, com a Solicitação de Acolhimento (Anexo III) conduzirá o Idoso até a Instituição de acolhimento;

8.1.8 Havendo mais de uma contratada, a escolha de qual instituição realizará o acolhimento dar-se-á:

a) Pelo idoso a ser acolhido se estiver em condições Físicas e mentais para realizar a escolha;

b) Por curador, determinado pelo Poder Público;

c) Pelo Poder Público, através de determinação judicial.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos serão mensais efetuados mediante crédito na conta corrente do proponente informada;

9.2 As notas fiscais deverão ser encaminhadas a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social para atestar o recebimento e envio ao setor de empenho para liquidação, juntamente com laudo de serviços prestados apresentadas até o último dia do mês de competência;

9.3 Os pagamentos serão efetuados até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

9.4 Poderão ocorrer pagamentos referentes a dias de acolhimentos sendo o valor mensal dividido por 30 (trinta) e o resultado ser aplicado como diária;

9.5 As notas fiscais/faturas deverão vir acompanhadas de listagem timbrada e assinada pelo presidente ou responsável legalmente constituído contendo nome, data de início do acolhimento, valor de desconto referente ao percentual de participação do Idoso quando houver, valor mensal por idoso e valor total dos acolhimentos, informando ainda a data de saída (quando ocorrer) na respectiva Instituição;

9.6 A credenciada será remunerada exclusivamente pelos acolhimentos que forem realizados, que deverão ser iguais ou inferiores aos quantitativos estimados estabelecidos no contrato de prestação de serviços, sendo vedada: a cobrança de qualquer sobretaxa; a retenção e/ou exigência de apresentação de qualquer documento(s) adicional (ais); aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie; cobrança de depósito e/ou caução de qualquer natureza.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas decorrentes deste Processo de Credenciamento correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

11. DAS SANÇÕES

11.1 O descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas no presente edital e no contrato, sujeitará o Contratado às sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993, e às seguintes que poderão ser aplicadas discricionariamente pela administração, garantida a prévia e ampla defesa:

a) A CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 50% (cinquenta por cento), sobre o valor total adjudicado no caso de apresentação de documento ou declaração falsa para fins de habilitação no presente processo licitatório. No presente caso, a contratação será rescindida e será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo de 03 (três) anos.

b) Advertência – Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

c) A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado e se recusar a assinar o contrato administrativo acarretará a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total adjudicado, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

d) A inexecução total do contrato administrativo acarretará multa de 4,0% (quatro por cento) sobre o valor total adjudicado, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias (40%), para sanar a irregularidade. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

e) A inexecução parcial do contrato administrativo acarretará multa de 3,0% (três por cento) sobre o valor total adjudicado, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias (30%), para sanar a irregularidade. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 01 (um) ano.

12. OBRIGAÇÕES DAS CREDENCIADAS

12.1 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente edital;

12.1.1 Manter registro audiovisual com fotos e filmagens das atividades em mídia digital, sendo desnecessária a utilização de equipamento profissional;

12.1.2 Facultar à Equipe Técnica da Secretaria de Assistência Social do Município de Seberí, a fiscalização *in loco* dos serviços, a qualquer tempo, devendo fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;

12.1.3 Enviar mensalmente, juntamente com a nota fiscal/fatura os relatórios de atividades e ações desenvolvidas com os usuários;

12.1.4 Informar a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social qualquer situação alheia aos serviços;

12.1.5 Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativos legais aplicáveis;

12.1.6 Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra especializada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como: trabalhistas, sociais,

tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada;

12.1.7 Notificar à Administração Pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso tenha interesse em se descredenciar, sob pena de incidência de sanções administrativas prevista no edital, independente das sanções civis na forma da lei.

12.1.8 Prestar os serviços de Abrigamento em consonância a Lei Ordinária nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e Regulamento Técnico da RDC/ANVISA nº 283 de 26 de setembro de 2005 e Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e Resolução 109/09 – CNAS (Tipificação dos Serviços Sócios Assistenciais).

12.1.9 Exigir e somente realizar o acolhimento mediante o Documento: Guia de Abrigamento (modelo Anexo III), assinados por membro da equipe técnica da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social e idoso ou responsável.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

13.1 Verificar previamente, através de contato telefônico ou e-mail junto à contratada, informações a respeito da existência da vaga para o acolhimento a ser encaminhado;

13.2 Condução do usuário a ser acolhido até a Instituição contratada juntamente com o documento: Guia de Abrigamento;

13.3 Efetuar o pagamento mensal à instituição nas quantidades e valores dos acolhimentos que forem efetivamente realizados.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1 A Administração Pública, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato por decisão fundamentada, quando houver inadimplência de cláusula ou condições contratuais por parte da contratada, desobediência da determinação da fiscalização; quando da ocorrência de fato superveniente ou circunstância desabonadora da Instituição Credenciada.

15. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

15.1 Informações a respeito do presente edital poderão ser sanadas através do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Seberi, com sede na Av. General Flores da Cunha 831, município de Seberi/RS, de segunda a sexta-feira, do horário das 08h até às 11h30min e das 13h30min até às 17h00min, ou pelo telefone (55) 37461122 ou por e-mail: compras@pmseberi.com.br

Município de Seberi/RS, 10 de Maio de 2019.

Cleiton Bonadiman
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta
Assessoria Jurídica.

Em ____-____-____.

Assessor(a) Jurídico(a)

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2019
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019
ANEXO I – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Ao Município de Seberi/RS
Comissão Julgadora de Licitações

No uso das atribuições que me conferem como representante legal da (Razão Social, nome fantasia, CNPJ, endereço, telefone, fax e e-mail do proponente) solicito o credenciamento junto ao Município de Seberi, nos termos do Edital de Chamamento Público.

Para tanto segue em anexo todos os documentos exigidos neste edital, declarando, sob as penas da lei:

Que conheço e aceito incondicionalmente as regras do Edital, que estou ciente que a ausência de quaisquer dos documentos ou a presença de irregularidades nos mesmos inviabilizará o credenciamento e possível contratação desta instituição pela qual sou responsável legal, que estou ciente de que este credenciamento não gera direito a contratação, que estará condicionada à demanda existente e a situações de acolhimentos que ocorrerem durante a vigência do edital, verificada a disponibilidade orçamentária e financeira da Contratante e seguindo os critérios para ocupação das vagas de acolhimento definidos neste edital.

(Data, Nome e assinatura do representante legal da instituição)

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2019
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2019
ANEXO II – PROPOSTA DE ATENDIMENTO

Ao Município de Seberi/RS
Comissão Julgadora de Licitações

Razão Social:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Endereço:	n.º:
Cidade:	Estado:
CEP:	
Telefone:	E-mail:
Representante legal:	
CPF:	RG:
Endereço:	n.º:
Cidade:	Estado:
CEP:	
Telefone:	E-mail:
Campo de Atendimento: (informar se o atendimento é para os sexos masculino, feminino ou ambos)	
Capacidade Total de Acolhimentos: (informar a capacidade total de acolhimentos/vagas da Instituição)	
Total de Acolhimentos disponibilizados para este credenciamento: (informar a número de vagas a serem disponibilizadas para o credenciamento)	
Declaramos que atuamos em consonância com a Lei Ordinária nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e padrões mínimos de funcionamento definidos no Regulamento Técnico da RDC/ANVISA nº 283 de 26 de setembro de 2005 e Resolução 109/09 – CNAS (Tipificação dos Serviços Sócios Assistenciais).	

Ass. Responsável legal pela instituição
Local/Data

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2019
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2019
ANEXO III – GUIA DE ABRIGAMENTO (Idoso)

O Município de Seberi/RS, através da Equipe Técnica da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, encaminha para abrigamento o Idoso (a) conforme dados abaixo:

Nome do Idoso (a):	
Data de nascimento:	Idade:
Grau de Dependência:	

Assinatura do Idoso ou Responsável

Equipe Técnica da Secretaria Municipal
de Assistência Social

Nome do Responsável (quando houver):	
CPF:	RG:
Identificar se curador e/ou parente:	
Endereço completo:	
Telefone:	E-mail:

Nome da Instituição:
Identificação do Responsável Instituição:
Contrato de Prestação de Serviços n.º:
Declaramos que a partir desta data abrigamos nesta Instituição o Idoso acima identificado e que a ele será disponibilizado serviços em consonância ao Edital de Credenciamento, Contrato de prestação de serviços com o Município, Lei Ordinária n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), Regulamento Técnico da RDC/ANVISA n.º 283 de 26 de setembro de 2005 e Resolução 109/2009 – CNAS (Tipificação dos Serviços Sócios Assistenciais).
Data Acolhimento:
_____ Assinatura Responsável Instituição

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2019
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2019
ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Por este instrumento particular, que de um lado, o **MUNICÍPIO DE SEBERI**, Estado do Rio Grande do Sul, órgão de direito público, com sede na Av. General Flores da Cunha 831, cidade de Seberi - RS, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Cleiton Bonadiman, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, nº 351, Centro, Seberi/RS, portador do RG 7076388516, CPF 815.438.670-49, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado, a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xxx representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, como justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O **CONTRATANTE** contrata os serviços da **CONTRATADA** para prestar os serviços constantes na tabela abaixo:

Quantidade Estimada	Un.	Descrição dos Serviços	Valor Unitário R\$	Valor Total Anual Estimado em R\$
	Vagas	Prestação de serviço de Acolhimento de Idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade, em consonância com a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e padrões mínimos de funcionamento definidos no Regulamento Técnico da RDC/ANVISA nº 283 de 26 de setembro de 2005 e Resolução 109/2009 – CNAS (Tipificação dos Serviços Sócios Assistenciais).		

Parágrafo primeiro: Os quantitativos constantes abaixo devem ser interpretados apenas como uma estimativa anual, e foram calculados levando em consideração o período de vigência de 12 meses.

Parágrafo segundo: A Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, através de equipe técnica, realizará acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de avaliações periódicas, visitas, comunicações escritas, sendo as intercorrências registradas em relatórios anexados à documentação do credenciado;

Parágrafo terceiro: Caberá à equipe técnica da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, desenvolver instrumento de avaliação qualitativa e quantitativa dos serviços credenciados e da satisfação dos usuários;

Parágrafo quarto: O acolhimento, terá as seguintes condições:

a) O Município de Seberi/RS, através de equipe técnica da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, com a Solicitação de Acolhimento (Anexo III) conduzirá o Idoso até a Instituição de acolhimento;

b) Havendo mais de uma contratada, a escolha de qual instituição realizará o acolhimento dar-se-á:

I - Pelo idoso a ser acolhido se estiver em condições Físicas e mentais para realizar a escolha;

II - Por curador, determinado pelo Poder Público;

III - Pelo Poder Público, através de determinação judicial.

CLÁUSULA SEGUNDA – Constituem obrigações da credenciada.

a) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente edital;

b) Manter registro audiovisual com fotos e filmagens das atividades em mídia digital, sendo desnecessária a utilização de equipamento profissional;

c) Facultar à Equipe Técnica da Secretaria Municipal da Assistência Social do Município de Seberi, a fiscalização *in loco* dos serviços, a qualquer tempo, devendo fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;

d) Enviar mensalmente, juntamente com a nota fiscal/fatura os relatórios de atividades e ações desenvolvidas com os usuários;

e) Informar a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social qualquer situação alheia aos serviços;

f) Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativos legais aplicáveis;

g) Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra especializada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como: trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada;

h) Notificar à Administração Pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso tenha interesse em se descredenciar, sob pena de incidência de sanções administrativas prevista no edital, independente das sanções civis na forma da lei.

Parágrafo primeiro – Obrigações específicas da CONTRATADA:

a) Prestar os serviços de Abrigamento em consonância a Lei Ordinária nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e Regulamento Técnico da RDC/ANVISA nº 283 de 26 de setembro de 2005 e Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e Resolução 109/09 – CNAS (Tipificação dos Serviços Sócios Assistenciais).

b) Exigir e somente realizar o acolhimento mediante o Documento: Guia de Abrigamento (modelo Anexo III), assinados por membro da equipe técnica da Secretaria Municipal de Habitação e Ação Social e idoso ou responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Verificar previamente, através de contato telefônico ou e-mail junto à contratada, informações a respeito da existência da vaga para o acolhimento a ser encaminhado;

b) Condução do usuário a ser acolhido até a Instituição contratada juntamente com o documento: Guia de Abrigamento (quando Idoso);

c) Efetuar o pagamento mensal à instituição nas quantidades e valores dos acolhimentos que forem efetivamente realizados.

CLÁUSULA QUARTA – Pela prestação dos serviços referido na cláusula primeira do presente contrato, a CONTRATADA perceberá o valor unitário de: R\$ (.....).

Parágrafo primeiro – O valor de participação do idoso no custeio da entidade, conforme determina o art. 35, § 2º da Lei No 10.741, de 1º de outubro de 2003, será descontado no

pagamento por parte do município, ou seja, o município apenas complementarará o valor repassado pelo idoso, até o limite máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, somando o valor repassado pelo idoso e o valor repassado pelo município.

Parágrafo segundo – Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser requerido pela contratada acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual.

Parágrafo terceiro – Caso o presente contrato seja prorrogado, de forma que sua vigência ultrapasse a 12 meses, o valor proposto será reajustado pela variação positiva do IGPM/FGV acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA – O pagamento será efetuado de forma mensal, mediante crédito na conta corrente, pelos valores constantes na nota fiscal de prestação de serviços, apresentadas até o último dia do mês de competência, e o pagamento deverá ser efetuado até o 10º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, respeitando sempre os valores contratados, mediante a apresentação da nota fiscal, que deverá ser encaminhada a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social para atestar o recebimento e envio ao setor de empenho para liquidação, juntamente com laudo de serviços prestados apresentadas até o último dia do mês de competência;

Parágrafo primeiro – As notas fiscais/faturas deverão vir acompanhadas de listagem timbrada e assinada pelo presidente ou responsável legalmente constituído contendo nome, data de início do acolhimento, valor de desconto referente ao percentual de participação do Idoso quando houver, valor mensal por idoso e valor total dos acolhimentos, informando ainda a data de saída (quando ocorrer) na respectiva Instituição;

Parágrafo segundo – A credenciada será remunerada exclusivamente pelos acolhimentos que forem realizados, que deverão ser iguais ou inferiores aos quantitativos estimados estabelecidos no contrato de prestação de serviços, sendo vedada: a cobrança de qualquer sobretaxa; a retenção e/ou exigência de apresentação de qualquer documento(s) adicional (ais); aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie; cobrança de depósito e/ou caução de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEXTA – O prazo de vigência do presente contrato se iniciará a partir de xx de xxxxxx de xxxx e vigorará por 12 meses, ou seja, até xx de xxxxxxxx de xxxx, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente e caso haja interesse das partes ora contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA – É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços constantes neste contrato administrativo.

CLÁUSULA OITAVA – A Administração Pública, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato por decisão fundamentada, quando houver inadimplência de cláusula ou condições contratuais por parte da contratada, desobediência da determinação da fiscalização; quando da ocorrência de fato superveniente ou circunstância desabonadora da Instituição Credenciada.

CLÁUSULA NONA – A **Contratada** que não satisfizer os compromissos assumidos, serão aplicadas as seguintes penalidades:

a) A CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 50% (cinquenta por cento), sobre o valor total adjudicado no caso de **apresentação de documento ou declaração falsa** para fins de habilitação no presente processo licitatório. No presente caso, a contratação será rescindida e será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo de 03 (três) anos.

b) Advertência – Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

c) A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado e **se recusar a assinar o contrato administrativo** acarretará a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total adjudicado, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

d) A **inexecução total do contrato administrativo** acarretará multa de 4,0% (quatro por cento) sobre o valor total adjudicado, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias (40%), para sanar a irregularidade. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

e) A **inexecução parcial do contrato administrativo** acarretará multa de 3,0% (três por cento) sobre o valor total adjudicado, por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias (30%), para sanar a irregularidade. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 01 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA – As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão a contas de dotações do orçamento municipal, vinculadas a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A **CONTRATADA** assume a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração constantes no art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Constitui motivo para rescisão do contrato, a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações.

Parágrafo único – A rescisão se dará na forma especificada no art. 79, aplicadas as consequências fixadas no art. 80 da Lei, ambos artigos da Lei 8.666/93 e alterações, sempre assegurada a ampla defesa, porém com faculdade a administração de agir preventiva e imediatamente, inclusive com suspensão dos serviços, quando e interesse público recomendar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A **CONTRATADA** signatária fica expressamente vinculada aos termos da proposta apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A **CONTRATANTE** poderá descontar das parcelas vincendas o valor equivalente à multa que tenha incidido a **CONTRATADA** por descumprimento ao que fora pactuado, bem como qualquer tributo incidente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O presente contrato é complementado e integrado pelas regras constantes no edital de chamamento público nº 02/2019.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – As partes elegem o Foro da Comarca de Frederico Westphalen – RS para dirimir qualquer conflito oriundo do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assim, após lido na presença do Contratante e Contratada, assinam o presente instrumento contratual na presença de duas testemunhas, em três vias, para que melhor forma em direito admitida, produza seus jurídicos e legais efeitos para si e seus sucessores.

Município de Seberi – RS, de de 2019.

Cleiton Bonadiman
Prefeito Municipal
Contratante

.....
Contratada

Testemunhas:

1ª

2ª

De acordo em data supra

Assessoria Jurídica